

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.394.004 - MS (2018/0292802-6)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**AGRAVANTE : J B DE S**  
**ADVOGADOS : MANOEL CUNHA LACERDA E OUTRO(S) - MS001099**  
**ESTELLA THEODORO DRESCH - MS022818**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por J B DE S contra decisão da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, que não admitiu seu apelo nobre.

Consta dos autos que o agravante foi denunciado pela suposta prática do crime descrito no artigo 1º, § 1º, incisos I e II, c.c como § 4º, da Lei n. 9.613/98, com as alterações promovidas pela Lei n. 12.683/12.

Recebida a denúncia e devidamente citado, o réu apresentou incidente de desentranhamento de prova ilícita, no qual buscou o reconhecimento da ilegalidade dos laudos periciais produzidos, argumentando que não teriam sido confeccionados por peritos com formação superior em ciências contábeis.

O pedido foi julgado improcedente pelo Togado singular.

Inconformada, a parte interpôs recurso de apelação perante a Corte estadual, a qual negou provimento à insurgência.

Foram opostos embargos declaratórios, que foram rejeitados.

Contra a decisão, a defesa aviou o apelo nobre, com fulcro no permissivo constitucional, o qual em Juízo prévio de admissibilidade restou inadmitido.

Apresentado o agravo em recurso especial, o agravante alega que os óbices indicados na decisão impugnada não incidiriam na hipótese dos autos.

Requer o conhecimento do presente agravo, com o provimento do Recurso Especial apresentado.

Instado a opinar o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da insurgência.

É o relatório.

No apelo nobre, a parte alega contrariedade ao artigo 619 e 157, ambos do CPP e ainda, aos artigos 156 e 420 do Código de Processo Civil.

A par dos fundamentos declinados pelo Tribunal de origem por ocasião do juízo de admissibilidade provisório ali realizado, constata-se que, de fato, o apelo nobre interposto não merece seguimento.

Inicialmente, sobre o indigitado vilipêndio ao art. 619 do CPP, verifica-se que tal intento não se sustenta, na medida em que a Corte *a quo* rechaçou a existência de eventuais lacunas no acórdão embargado, asseverando:

***"Mister se faz salientar, inicialmente, que no processo penal brasileiro, tal como destacou o magistrado primevo, vige o princípio do livre convencimento motivado, de forma que o julgador não está vinculado de***

*forma absoluta às conclusões dos laudos periciais porventura existentes no processo, podendo exercer suas convicções após a análise do conjunto probatório, desde que o faça de forma fundamentada.*

*Assim, os laudos impugnados, sejam eles realizados na fase inquisitória, sejam na fase judicial, não vinculariam necessária e peremptoriamente o entendimento do julgador, afigurando-se mais um meio de prova na formação do convencimento, que, após o cotejo com os demais elementos probatórios, produzidos e analisados à luz do contraditório e da ampla defesa, fornecerão cenário propício ao justo julgamento que o feito aguarda.*

*Alie-se, ainda, que, conforme sublinhado pelo sentenciante, a defesa arrolou, como testemunhas, os próprios peritos que assinam as contestadas peças, ocasião em que, durante a instrução processual, as partes poderão escutiná-los a fim de esclarecer o que reputam ambíguo, inexato e inconsistente, inexistindo, pois, lesão a direitos constitucionais individuais do recorrente.*

*Vale dizer, o direito de as partes participarem da coleta das provas não se restringe, não se míngua, tampouco se arruina em razão da existência das combatidas perícias, na medida em que será amplamente exercido durante o contraditório judicial, o que resta evidenciado, inclusive, na própria manifestação do réu quando de sua pretensão em ouvir os peritos responsáveis pela confecção dos laudos, bem como um contador, profissional da área, com o manifesto propósito de questionar as conclusões dos experts.*

*Também levanta tese acerca de adulteração existente na esfera policial, já que o inquérito policial instaurado para a apuração dos fatos analisados nos autos principais, registrado sob nº 0040/2007, é reprodução da Portaria n. 122/02.*

*São alegações, à evidencia, até o momento destituídas de fundamentos lógicos e jurídicos, tratando-se de expediente meramente especulativo, suposições e ilações que não reúnem sentido, sequer importância para o escopo do recurso, ou seja, a declaração da ilicitude dos laudos periciais elaborados por agentes da Polícia Federal.*

*Não basta alegar, necessário que haja um mínimo de elemento probatório, notadamente por imputar à autoridade policial, cujos atos são dotados de fé pública, conduta criminosa, o que dispensa considerações adicionais a respeito.*

*Oportuno salientar, nesse aspecto, o bem lançado parecer Ministerial:*

*"Demais disso, é de se salientar que o Laudo*

*Pericial impugnado apenas condensa, analisa e sistematiza as informações contábeis dos extratos bancários e das informações fiscais do apelante. Aliás, sequer o Laudo constitui-se em prova material, a materialidade delitiva do crime em apuração na ação penal (art. 1º, §1º. incisos I e II c.c. § 4º, da Lei n. 9.613/98, com as alterações promovidas pela Lei nº12.683/2012) se assenta nas condenações anteriores por tráfico de drogas, e nas informações bancárias (proposta de abertura de contas, extratos de contas, fichas cadastrais, gastos de cartões de crédito, extrato de negociações registrados na Bovespa etc.) e fiscais (declarações anuais de bens e rendas), obtidas por quebra de sigilo judicialmente autorizada (quanto a isso, basta se verifique a decisão de fls. 1.053/1.057, acostada aos autos nº 0800317-77.2013.8.12.0008)".*

*Diz, ainda, que a perícia contábil somente pode ser determinada por autoridade judiciária, fundamentado sua tese na Lei Adjetiva Civil.*

*Reputo oportuno tecer, antes de adentrar em aludida insurgência, esclarecimentos acerca das investigações preliminares, ou seja, aquelas que antecederam a fase processual.*

*Os atos de investigação, isto é, o procedimento preparatório que antecede a ação penal, compõe-se de uma série de diligências, que, em sua generalidade, a cargo das autoridades policiais, conforme preconiza o artigo 144 da Constituição Federal e artigo 4º do Código de Processo Penal.*

*Assim leciona-se: "a fase de investigação, portanto, em regra promovida pela polícia judiciária, tem natureza administrativa, sendo realizada anteriormente à provocação da jurisdição penal. Exatamente por isso se fala em fase pré-processual, tratando-se de procedimento tendente ao cabal e completo esclarecimento do caso penal, destinado, pois, à formação do convencimento (opinio delicti) do responsável pela acusação.*

*Por corolário, os poderes de investigação conferidos à Polícia Judiciária encontram respaldo legal e constitucional, cuja função tem por escopo a busca de provas iniciais acerca da autoria e materialidade de um delito, para, após, apresentá-las ao titular da ação penal.*

*E no exercício dessa persecução previa, giza Nucci, o artigo 2º, da Lei 12.830/2013, dispõe que as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação*

*criminal por meio do inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem por objeto a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais. Durante a investigação criminal cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos". (g.n)*

*Esses poderes investigativos não são amplos e absolutos, podendo ser mitigados pela chamada cláusula de reserva de jurisdição, segundo a qual há funções, notadamente no campo dos meios de obtenção de provas, que deverão de ser exercidas com exclusividade pelo Judiciário, já que dizem respeito a providências que atingem direitos e garantias constitucionais.*

*Não é o caso do presente.*

*Conforme exaustivamente consignado no incidente combatido, os laudos periciais que acompanham a ação principal não estão sujeitos à cláusula de reserva jurisdicional, ou seja, não se incluem entre os que são atividades exclusivas do Poder Judiciário.*

*Por tais razões, a autoridade policial deverá, logo após ter conhecimento da prática da infração penal, dentre outras providências, determinar que se proceda o exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias, tal qual prediz o artigo 6º, VII, do CPP.*

*Destarte, considerando que as perícias acostadas ao feito principal fazem parte das investigações perpetradas pela autoridade policial, no exercício pleno de sua função legal e constitucional, não há que se falar em ilegalidade dos mesmos, sob a ótica da competência para realizá-las.*

*Defende, ainda, que os repudiados laudos periciais foram simulados, criados para industrializar o crime de lavagem de capitais e, portanto, ilegais, razão pela qual a exclusão seria inevitável.*

*Razão, da mesma forma, não lhe socorre.*

*Em que pese o Código de Processo Penal enumerar alguns meios de prova, tal rol não se revela taxativo, ou seja, válidos se afiguram outros meios probatórios não nominados, concluindo-se, então, que "a admissibilidade dos meios de prova é estabelecida por exclusão: em princípio tudo aquilo que, direta ou indiretamente, possa servir para formar a convicção acerca da ocorrência de um fato é aceito como meio de prova".*

*Isso porque vigora em nosso ordenamento jurídico, no contexto criminal, a busca da verdade real, emergindo que o julgador deve empenhar-se para a formação de seu convencimento, em perseguir os fatos ocorridos realisticamente, e não somente a hipótese espelhada pelas*

*partes, desde que, destaca-se, não sejam vedadas legalmente.*

*Aludida vedação consiste na chamada prova ilícita, qual seja, produção de provas contrárias "ao ordenamento jurídico, contrário ao Direito de um modo geral, que envolve tanto o ilegal quanto o ilegítimo, isto é, tanto a infringência às normas legalmente produzidas, de direito material e processual, quanto aos princípios gerais de direito, aos bons costumes e à moral."*

*Destarte, muito embora tenham sido os laudos elaborados ainda na fase pré-processual, a busca da verdade será feita por meio de procedimento dialético, ou seja, em que haverá a contribuição da acusação e defesa, com a devida obediência ao devido processo legal, não havendo qualquer ilegalidade a ser reconhecida, neste momento, a respeito.*

*Sustenta-se, também, que os peritos da Polícia Federal não teriam habilitação em ciências contábeis, razão pela qual os laudos seriam imprestáveis.*

*Referida tese não comporta guarida, na medida em que os laudos de exames periciais foram confeccionados por peritos oficiais, investidos na função em decorrência do vínculo com o Estado, não se exigindo a especialidade específica na área, apenas que portadores de diploma de curso superior, ex vi do artigo 159 do Código de Processo Penal.*

*Ademais, por serem atos emanados de servidores públicos, no exercício de suas funções, atuando junto à Administração Pública, são dotados de presunção jûris tantum de legalidade e veracidade, qual seja, presumidos verdadeiros e praticados com a observância das normas pertinentes até se prove o contrário.*

*E, finalmente, a respeito de serem os trabalhos periciais inconclusivos, destacou o magistrado de primeira instância: Por fim, nota-se que os laudos apresentados na ação penal observaram as normas atinentes à sua realização, ainda que de forma implícita, como por exemplo, menção acerca do "preâmbulo, exposição, discussão e conclusão" <sup>6</sup>. Conclui-se, portanto, que os laudos atendem ao mínimo exigido para que sejam aceitos como prova de tudo aquilo que foi observado pelos peritos.*

*Argumenta-se, igualmente, que o envio de CD pela Receita Federal viola o sigilo fiscal garantido pela Constituição.*

*Melhor sorte não é reservada ao apelante.*

*De fato, os sigilos bancários e fiscal foram consagrados como direitos individuais constitucionalmente garantidos,*

*cuja quebra somente poderá ser determinada por meio de ordem judicial fundamentada ou de Comissões Parlamentares de Inquérito, desde que atendidos os requisitos inerentes e patenteada a necessidade de conhecimento dos dados sob sigilo.*

*Sem delongas, consoante emerge da proemial acusatória, o procedimento investigativo foi iniciado pela Polícia Federal, que teve como propulsor principal a chamada CPI do Narcotráfico, concluída em 2000.*

*Analizando os autos principais, nº 0800317-77.2013.8.12.0008, é possível extrair, dos documentos que não constam no presente incidente, que as quebras de sigilos bancários e fiscais do recorrente foram determinados pela Câmara dos Deputados, que instituiu a Comissão Parlamentar de Inquéritos, a qual restou conhecida Com a conclusão das investigações parlamentares, toram encaminhados às Delegacias de vários Estados da Federação, cópias de aludido procedimento com vistas à instauração dos respectivos Inquéritos Policiais (ofício n. 0925/02-COR).*

*Portanto, embora as informações bancárias e fiscais, constantes em Instituições Financeiras, Receita Federal, ou até mesmo em organismos do Poder Público, sejam protegidas pelo sigilo, não se afiguram absolutos, estando sujeitas a restrições, vez que, havendo interesses antagônicos, os valores não de ser cotejados, prevalecendo o que atende ao interesse público.*

*Não podem, aliás, os direitos e garantias individuais e coletivos, ser utilizados "como um verdadeiro escudo protetivo da prática de atividades ilícitas, tampouco como argumento para afastamento ou diminuição da responsabilidade civil ou penal por atos criminosos, sob pena de total consagração ao desrespeito a um[Federal, as Comissões Parlamentares de Inquérito poderão decretar a quebra do sigilo bancário ou fiscal de seus investigados, in verbis:*

*[...]*

*Assim, nos termos lecionados por Novelino, a CPI "pode requisitar informações bancárias, fiscais, e telefônicas (quebra de sigilo) diretamente à instituição responsável pelo registro".<sup>8</sup>*

*Dessa forma, patente a possibilidade de as Comissões Parlamentares de Inquérito decretarem o afastamento dos sigilos bancários e fiscal dos investigados, como ocorreu no presente, não há que se falar em violação a direitos e garantias individuais.*

*Tampouco a remessa do resultado dessas investigações para a apuração judicial dos fatos reputados criminosos*

*viola o sigilo constitucional, na medida em que o preceito que o garante diz respeito à determinação de sua violabilidade, que, uma vez dada da forma que a lei a estabelece, pode perfeitamente instruir investigação criminal ou instrução processual.*

*Ademais, os autos principais (nº 0800317-77.2013.8.12.0008), nos quais constam os laudos e toda movimentação bancária e fiscal do recorrente, encontra-se cadastrado sob sigilo de justiça, inacessível a terceiros, acessível tão somente às partes, que possuam senha fornecida por cartório.*

*A derrubar a credibilidade das perícias constantes nos autos, destaca o recorrente que, na linguagem contábil, inexistia o termo utilizado pelos experts de "movimentação financeira descoberta".*

*Entretanto, à evidência, trata-se de matéria que ao mérito concerne, cuja análise, perquirição e exame dar-se-á em momento oportuno, com o desenvolvimento de uma instrução paritária, ocasião em que o recorrente poderá refutar tais questões, contestar as pretensões e alegações do órgão acusatório, exercendo os direitos que lhes são garantidos na Carta Magna, artigo 5º, LV, segundo o qual: "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".*

*Enfim, por qualquer que seja o ângulo que se analise, pois, não há como acolher a pretensão do recorrente, na medida em que os laudos periciais que instruem a ação penal n. 0800317-77.2013.8.12.0008 foram colhidos sem a infringência de norma de direito material e processual, consubstanciando-se, por corolário, em provas lícitas e legítimas." (e-STJ fls. 250/260)*

Da leitura dos fragmentos extraídos, infere-se que, conforme assente nesta Corte Superior, "Não ocorre a violação do art. 619 do CPP quando o acórdão, apesar de contrário à pretensão da parte, se manifesta expressamente sobre a matéria controvertida" (REsp 1580435/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 31/03/2016).

Outrossim, é cediço por este Tribunal Superior que o julgador não é obrigado a rebater cada um dos argumentos aventados pelo recorrente ao proferir decisão no processo, bastando que, pela motivação apresentada, seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões da parte, **exatamente como se deu na hipótese em testilha.**

Tal entendimento restou confirmado pela Primeira Turma deste Sodalício, após a entrada em vigor do NCPC, conforme noticiado no Informativo n.º 585/STJ, *in verbis*:

*Mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra decisão que não se pronuncie tão somente sobre argumento incapaz de infirmar a conclusão adotada. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo inciso IV do § 1º do art. 489 do CPC/2015 ["§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: [...] IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador"] veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo STJ, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão.*

*(EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016 - grifou-se)*

O que se observa é o puro e simples inconformismo do recorrente com a solução dada à controvérsia, o que não dá ensejo à suscitada violação ao art. 619 do CPP, haja vista que, para esta Corte de Superposição, *"a insatisfação com o resultado trazido na decisão judicial não significa deficiência ou ausência de prestação jurisdicional."* (EDcl no AgRg nos EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 649.137/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 29/03/2016).

A propósito:

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 121, § 2º, I, DO CP. TEMA NÃO IMPUGNADO NO AGRAVO INTERNO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 182 DA SÚMULA DESTA STJ. MALFERIMENTO AO ART. 619 DO CPP. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. MATÉRIAS DEVIDAMENTE ANALISADAS. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 156 E 415, AMBOS DO CPP. DECISÃO DE PRONÚNCIA. INDÍCIOS DE AUTORIA. REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 564, IV, DO CPP. ACÓRDÃO ASSENTADO EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE. RECURSO QUE NÃO ABRANGE TODOS ELES. SÚMULA 283/STF. AGRAVO*



*REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO, E NESSA PARTE, DESPROVIDO.*

*[...]*

*2. "Não há falar em ofensa ao art. 619 do Código de Processo Penal se todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia foram analisadas e decididas, ainda que de forma contrária à pretensão do recorrente, não havendo nenhuma omissão ou negativa de prestação jurisdicional." (AgRg no Ag 850.473/DF, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 07/02/2008)*

*[...]*

*5. Agravo regimental parcialmente conhecido, e nessa parte, desprovido.*

*(AgRg no AREsp 948.646/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 06/09/2016, DJe 16/09/2016 - grifou-se)*

**PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUPRESSÃO DE DOCUMENTO. ART. 305 DO CÓDIGO PENAL. TIPICIDADE RECONHECIDA. AFASTADA A TESE DE CONTINUIDADE DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. ACÓRDÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. EMBARGOS REJEITADOS.**

*1. O cabimento dos embargos de declaração está vinculado à demonstração de que a decisão embargada padece de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, conforme disciplina o art. 619 do Código de Processo Penal. Portanto, a mera irresignação com o entendimento apresentado na decisão, visando, assim, à reversão do julgado, não tem o condão de viabilizar a oposição dos aclaratórios.*

*2. Embargos de declaração rejeitados.*

*(EDcl no AgRg no AREsp 526.332/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 17/06/2015 - grifou-se)*

No que se refere à alegação de nulidade da prova pericial produzida no inquérito policial, verifica-se que a Corte Estadual, soberana no reexame das provas coletadas ao longo de instrução, concluiu inexistir razão ao apelante.

Segundo o colegiado de origem, a prova impugnada foi produzida de acordo com os preceitos do Código de Processo Penal, no âmbito do inquérito policial, fase na qual não se vislumbra o rigorismo do processo judicial, não havendo que se falar em afronta aos princípios do contraditório e ampla defesa, em razão de sua natureza inquisitiva, cabendo à autoridade policial providenciar as diligências que entender necessárias, com a finalidade de formar suas conclusões sobre a prática em apuração." (e-STJ fls. 250/260)

Esclareceu, também, o Tribunal de origem que as provas produzidas no inquérito estão submetidas ao crivo do processo judicial a partir do momento em que é iniciada a persecução criminal e lá devem ser contraditadas, em respeito aos princípios do contraditório, ampla defesa e da legalidade, não havendo que se falar em seu

desentranhamento prematuro, sem um mínimo de indícios de sua ilegalidade. Nessa toada, tendo a perícia sido requisitada no âmbito policial, pela autoridade respectiva, e realizada, nos termos do previsto no Código de Processo Penal, não há que se falar em aplicação de regras do Código de Processo Civil, mesmo porque há regra específica sobre a produção da prova pericial no processo penal, inclusive com relação à exigência de profissional com formação específica, na falta do perito oficial, nos termos do art. 159 e § 1º.

É de se destacar trecho da sentença, no qual o magistrado singular registra que *"não há ilicitude na prova pericial produzida em Juízo, diante da não formação acadêmica, em tese, dos peritos em ciências contábeis. Os peritos que confeccionaram os laudos ora contestados, foram aprovados em concurso público e pertencem as fileiras do Departamento de Polícia Federal, de modo que, presume-se de forma relativa, a existência de conhecimento técnico suficiente para tanto. Assim a formação do perito em determinada área não é condição essencial para a validade da perícia."* (e-STJ fl. 114)

Dessa forma, a Corte estadual decidiu em harmonia com o entendimento deste Sodalício no sentido de que inexistente nulidade da prova produzida em razão da ausência de especialização do perito oficial, ou de sua inscrição em conselho de classe.

No mesmo sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. COFEN. PECULATO, LAVAGEM DE DINHEIRO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. PODER INVESTIGATÓRIO DO MP. NULIDADE LAUDO PERICIAL. OITIVA DE TESTEMUNHA. CARTA PRECATÓRIA. INVERSÃO. INTERROGATÓRIO DE CORREÚ EM AÇÃO DESMEMBRADA. INTIMAÇÃO DA DEFESA. ATIPICIDADE E FIXAÇÃO DA PENA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. O Ministério Público dispõe de atribuição para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal (ut, REsp 1525437/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 10/03/2016). Ademais, no caso, "os poucos elementos de provas colhidos pelo Ministério Público sequer serviam de lastro ao oferecimento da denúncia, embasada notadamente em investigações policiais realizadas".

2. **Inexiste nulidade do laudo pericial, por não ter sido assinado por dois Peritos Oficiais com registro no Conselho de Contabilidade e por ter um deles participado de busca e apreensão realizada no COFEN.**

3. Nos termos do enunciado 273 da Súmula desta Corte, intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no Juízo deprecado. Na hipótese, além da defesa ter sido intimada acerca da expedição das precatórias, foram nomeados defensores dativos para os atos.

4. Quanto à ausência de intimação e de requisição do recorrente para presenciar interrogatório dos corréus colhidos na ação penal desmembrada, a condenação foi lastreada apenas nos interrogatórios realizados antes do desmembramento, dos quais a defesa efetivamente participou.

5. O art. 222, § 2º, do CPP autoriza a juntada aos autos das cartas precatórias a qualquer momento, ainda que configure inversão da ordem trazida no art. 400 do Código de Processo Penal.

6. A inversão da ordem de inquirição das testemunhas, prevista no art. 212 do Código de Processo Penal, constitui nulidade relativa, a qual depende da efetiva demonstração de prejuízo para seu reconhecimento.

7. Os conselhos de fiscalização exercem atividade típica de Estado, não havendo que se falar em atipicidade da conduta, em relação ao delito de peculato.

8. A revisão da dosimetria da pena em sede de recurso especial é admissível apenas diante de ilegalidade flagrante, inexistente na espécie.

9. A insurgência da defesa acerca da prova referente à oitiva de testemunha via Carta Rogatória e indeferimento de diligências já foi apreciada por esta Corte Superior.

10. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1520702/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/09/2016, DJe 23/09/2016)

**HABEAS CORPUS. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. CRIMES DE PECULATO, LAVAGEM DE DINHEIRO, INTERCEPTAÇÃO CLANDESTINA DE CONVERSA TELEFÔNICAS E DE FORMAÇÃO DE QUADRILHA. LAUDO PERICIAL CONTÁBIL QUE, DENTRE OUTROS, EMBASOU A DENÚNCIA, FIRMADO POR TRÊS PERITOS OFICIAIS. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE DOIS DESTES NO RESPECTIVO CONSELHO PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DESSA EXIGÊNCIA NA LEI PROCESSUAL PENAL E NA LEI DA CARREIRA. NULIDADE INEXISTENTE.**

1. O Código de Processo Penal não impõe ao perito oficial a obrigatoriedade de inscrição no respectivo Conselho Profissional para a realização de seu ofício. É de se notar, inclusive, que, na ausência de peritos oficiais, o § 1.º do art. 159 até permite que o exame seja realizado "por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, escolhidas, de preferência, entre as que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame", flexibilidade legal que denota claramente a impropriedade da exigência restritiva, qual seja, a de inscrição no Conselho de Classe.

2. No mesmo diapasão, o Decreto-Lei n.º 2.320/87 e o Decreto n.º 5.116/04 ? que tratam especificamente do ingresso na categoria funcional de Perito Criminal Federal do Quadro Permanente do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça ? também não exigem que o candidato aprovado esteja inscrito no respectivo Conselho Regional de Contabilidade.

3. É inócua a discussão acerca da impugnada participação de um dos três peritos oficiais que assinaram o laudo na diligência de busca e apreensão dos documentos periciados, tendo em vista que ? afastada a pretensa ilegalidade da atuação dos não-inscritos no Conselho Regional de Contabilidade ?, ainda que o terceiro perito estivesse impedido, em nada macularia a perícia realizada, porquanto basta que dois deles assinem validamente o laudo.

4. Habeas corpus denegado.

(HC 90.809/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA,

*julgado em 01/12/2009, DJe 01/02/2010)*

Deve ser ressaltado que o inquérito policial constitui procedimento administrativo de caráter informativo, sendo certo que eventuais vícios existentes não tem o condão de macular as provas nele obtidas.

A propósito:

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. NEGATIVA DE AUTORIA E INEXISTÊNCIA DE PROVA DE MATERIALIDADE. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. VIA ELEITA INADEQUADA. VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. QUESTÃO NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A QUO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. QUANTIDADE E NATUREZA DELETÉRIA DA DROGA APREENDIDA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. PERICULOSIDADE DA AGENTE. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. AUTOS DO INQUÉRITO POLICIAL NÃO-ASSINADAS PELO DELEGADO DE POLÍCIA. IRRELEVÂNCIA. PEÇA MERAMENTE INFORMATIVA. EVENTUAL NULIDADE NO CURSO DO INQUÉRITO POLICIAL NÃO CONTAMINA A AÇÃO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.*

*[...]*

*7. O fato de que as peças dos autos do inquérito policial não possuem a assinatura do delegado de polícia não implica a nulidade do processo, uma vez que o inquérito policial é peça meramente informativa, instrutória, ainda mais porquanto os referidos atos foram rubricados pelo escrivão de polícia, o qual, como investido de forma regular no cargo, possui fé pública e pode conferir veracidade aos documentos.*

*8. "A jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que eventual irregularidade ocorrida na fase do inquérito policial não contamina a ação penal dele decorrente, quando as provas serão renovadas sob o crivo do contraditório e da ampla defesa" (HC 393.172/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 6/12/2017).*

*9. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido.*

*(RHC 95.784/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018)*

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 203 DO CPP. NULIDADE DE DEPOIMENTO PRESTADO EM INQUÉRITO POLICIAL. EVENTUAL IRREGULARIDADE EM SEDE INQUISITIVA NÃO CONTAMINA A AÇÃO PENAL.*

ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. "A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça consolidou-se no sentido de que eventuais máculas na fase extrajudicial não tem o condão de contaminar a ação penal, dada a natureza meramente informativa do inquérito policial". (AgRg no AREsp 898.264/SP, Rel.

Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 15/06/2018).

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1277345/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 28/08/2018)

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E CONCUSSÃO. PRETENSÃO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA, CONSUBSTANCIADA NO ARGUMENTO DE QUE O INQUÉRITO POLICIAL QUE DEU ORIGEM À AÇÃO PENAL FOI CONDUZIDO PELA POLÍCIA FEDERAL. IMPROCEDÊNCIA. ATRIBUIÇÕES DA POLÍCIA JUDICIÁRIA QUE NÃO SE CONFUNDEM COM A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. POSSIBILIDADE DE A POLÍCIA FEDERAL APURAR CRIMES COM REPERCUSSÃO INTERESTADUAL. INQUÉRITO POLICIAL INSTAURADO MEDIANTE A NOTÍCIA DA OCORRÊNCIA DOS CRIMES DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E CONCUSSÃO, ATÉ PARA APURAR A EXTENSÃO E COMPLEXIDADE DA ASSOCIAÇÃO. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE NULIDADES DO INQUÉRITO POLICIAL CONTAMINAREM A AÇÃO PENAL. ALEGAÇÕES DE NULIDADES DECORRENTES DE A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA TER SIDO AUTORIZADA PELA JUSTIÇA FEDERAL E DE UTILIZAÇÃO DE PROVA EMPRESTADA NÃO RELACIONADA ÀS MESMAS PARTES. ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS. ADMISSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA.

(...)

2. As atribuições da Polícia Federal e a competência da Justiça Federal, ambas previstas na Constituição da República (arts. 108, 109 e 144, § 1º), não se confundem, razão pela qual não há falar que a investigação que deu origem à ação penal foi realizada por autoridade absolutamente incompetente.

3. As atribuições da Polícia Federal não se restringem a apurar infrações em detrimento de bens, serviços e interesses da União, sendo possível a apuração de infrações em prol da Justiça estadual. Precedente.

4. No caso, não há ilegalidade na instauração do inquérito policial pela Polícia Federal, realizada com o fim de investigar a prática dos crimes de concussão e associação criminosa pela recorrente e os corréus, até porque, naquela ocasião, apenas se tinham indícios da ocorrência dos crimes apurados, não se sabendo, ao certo, a extensão da associação criminosa ou a complexidade das infrações, elementos que foram apurados justamente com a instauração da

*investigação em que a recorrente e alguns corréus foram indiciados.*  
5. *É cediço neste Superior Tribunal que, não sendo o inquérito policial indispensável à propositura da ação penal e dada sua natureza informativa, eventuais nulidades ocorridas na fase extrajudicial não têm o condão de macular a ação penal. Precedentes.*

6. *Não prosperam as alegações de que é nula a interceptação telefônica realizada no inquérito policial originário, autorizada pela Justiça Federal, e de que se cuida da utilização de prova emprestada não relacionada às mesmas partes, pois se trata do fenômeno do encontro fortuito de provas, que consiste na descoberta imprevista de delitos que não são objeto da investigação, admitida pela jurisprudência deste Superior Tribunal.*

7. *Recurso em habeas corpus improvido.*

*(RHC 50.011/PE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 16/12/2014)*

*CONSTITUCIONAL – PROCESSUAL PENAL – HABEAS CORPUS – CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA – CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA – CRIME CONTRA A ECONOMIA POPULAR – FORMAÇÃO DE CARTEL – INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS – NULIDADE DA PROVA – CRIMES DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL – POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL – DELITOS DE ABRANGÊNCIA INTERESTADUAL – PREVISÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL – AUSÊNCIA DE MÁCULA – IRREGULARIDADES DO INQUÉRITO POLICIAL QUE, AINDA ASSIM, NÃO CONTAMINARIAM A AÇÃO PENAL. [...] ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.*

*I. A atuação da Polícia Federal não se restringe à apuração de crimes de competência da Justiça Federal, também podendo sê-lo feito em prol da Justiça Estadual.*

*II. Havendo indícios de que os delitos sob investigação possuem repercussão interestadual, há expressa previsão constitucional e legal para a atuação da Polícia Federal. Inteligência dos artigos 144, § 1º, I da Constituição da República e 1º, II da Lei 10.446/2002.*

*III. Por outro lado, a ação penal não é afetada por eventual mácula do inquérito policial, peça de cunho meramente informativo. Precedentes.*

*(...)*

*XXI. Ordem parcialmente concedida, apenas para declarar a nulidade das interceptações telefônicas efetivadas contra os pacientes.*

*(HC n. 116.375/PB, Ministra Jane Silva (Desembargadora convocada do TJ/MG), Sexta Turma, DJe 9/3/2009)*

Por conseguinte, não há que se falar em nulidade da prova diante dos alegados defeitos na fase inquisitorial, razão pela qual estando a decisão recorrida em harmonia com o entendimento deste Sodalício, incide, na hipótese, o óbice da Súmula n. 83/STJ, aplicável ao Recurso Especial interposto por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Por tais razões, afigurando-se inadmissível o apelo nobre, **conhece-se do agravo para não conhecer o Recurso Especial**, nos termos do artigo 34, VII,

combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se e intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

**MINISTRO JORGE MUSSI**

Relator

